



EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NO MARANHÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX: UM BREVE ENSAIO

Mayra Silva dos Santos¹

RESUMO:

Este ensaio é resultado parcial do estudo desenvolvido na dissertação de mestrado da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, na Linha de Pesquisa Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED. O texto versa sobre a educação e a escolarização feminina no estado do Maranhão entre os séculos XIX e XX. O trabalho tem como objetivo discutir aspectos da educação e escolarização feminina no contexto maranhense na tentativa de conhecermos elementos presentes na educação brasileira, do qual foi alvo o público feminino. Citaremos algumas discussões algumas instituições que foram importantes espaços para educação de mulheres. Podemos citar o conjunto de instituições escolares que tinham como finalidade o recolhimento e prestação de assistência às meninas desvalidas, oferecendo-lhes o ensino de primeiras letras e uma formação para o exercício de suas funções. Como metodologia de pesquisa, utilizamos a pesquisa explicativa e revisão de literatura a partir de levantamentos realizados em livros e artigos, teses e dissertações do banco de dados do google acadêmico. O ensaio tomará por base produções teóricas do período de 2000 a 2020, tais quais, os estudos de Cruz (2012), Abrantes (2003; 2010), Motta (2003; 2008), Almeida (2006), Rodrigues (2015), entre outros que discutem sobre a educação, instrução e escolarização feminina no período. Afirmamos que a passagem do século XIX para o século XX foi movida por um momento de transição, não apenas que não estava atrelada apenas no campo político, com as mudanças da implantação do regime republicano, mas de mudanças que possibilitaram novos costumes, comportamentos e novas ideias que permearam o espaço brasileiro. Contudo, apesar dessas mudanças, muitos dos ideais propalados sobre as mulheres no século XIX foram reforçados no início do século XX, ainda que repaginados, sendo articulados nas relações e nos mais diversos espaços sociais.

Palavras- Chave: Educação, Escolarização, Mulheres, Maranhão, Séculos XIX e XX.

INTRODUÇÃO

No período colonial, a educação feminina era baseada na propagação de modelos e de normas de comportamento considerados ideais para o período. Foi apenas no início do século XIX, que a educação escolar formal para as mulheres obteve atenção por parte do Estado. No

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos –PPGE/UFSCAR. E-mail: Mayra.silva9152@gmail.com.

estado do Maranhão a proposta não foi diferente, apesar da precariedade, houve um desenvolvimento significativo a partir desse período.

É pensando nisso, que nosso trabalho tem como intenção, discutir aspectos da educação e escolarização feminina no contexto maranhense entre os séculos XIX e XX, na tentativa de conhecermos elementos presentes na educação brasileira, do qual foi alvo o público feminino. Iremos apresentar também, algumas instituições que foram importantes espaços para educação de mulheres, oferecendo recolhimento e prestação de assistência às meninas desvalidas, além do ensino de primeiras letras e uma formação para o exercício de suas funções como mãe, filha e dona de casa.

Como procedimento metodológico, utilizamos a pesquisa explicativa e de revisão de literatura a partir de levantamentos realizados em livros e artigos, teses e dissertações do banco de dados do google acadêmico do período de 2000 a 2020. Trazemos alguns autores como Cruz (2012) que trata Educação e Escolarização no Maranhão; Abrantes (2003; 2010), Motta (2003; 2008) e Rodrigues sobre Educação Feminina no Maranhão e em São Luís no século XIX e XX e Mulheres professoras no mesmo período. Almeida (2006) que destaca a Educação Feminina e Magistério Primário Feminino nos séculos XIX e XX.

2 EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO FEMININA

No período colonial, os papéis femininos eram definidos a partir de alguns ideais imaginados que tinham como finalidade preparar a mulher para ser boa dona de casa, esposa, mãe e primeira educadora das crianças. Nesse processo, a Igreja e o Estado ocupavam posição fundamental, costurando características às mulheres, amarrando práticas culturais e representações simbólicas em torno da maternidade, do parto, do corpo feminino e do cuidado com os filhos (DEL PRIORE, 2009).

Nessa perspectiva, a educação feminina era baseada na propagação de modelos e de normas de comportamento fundamentados sobretudo na doutrina cristã. Segundo Algranti (2014), independentemente de qualquer estado² assumido na vida adulta, a ideia de educação feminina incluía sempre uma formação na base moral- civil e religiosa-, objetivando a possibilidade de educar e instruir nos ideais de sociedade propostos pelo período.

² Por “estado” entende-se a condição social ocupada, ou seja, solteira, viúva ou casada. No caso do grupo feminino, como bem destacou Algranti (2014), as mulheres eram instruídas desde a mais tenra idade para ocuparem a condição de mães, esposas e donas de casa. Todavia, existiam também aquelas que optavam pela vida religiosa. Em qualquer dos casos, a preparação seguia, em termos gerais, as mesmas características, sendo alterada apenas posteriormente quando a opção recaía na vida religiosa.

Atentando-se especificamente à escolarização feminina, foi apenas em 1827, com a primeira Lei de Instrução Pública, que a educação escolar para as mulheres mereceu atenção efetiva por parte do Estado, quando foi estabelecida a criação de escolas que atendessem o público feminino. Todavia, é importante ressaltar que essa criação se daria apenas em cidades e vilas mais populosas e, além disso, deveriam ser ofertados conteúdos específicos. Assim, em seu artigo 12, foi estabelecido que, além do ensino de primeiras letras, fossem ensinadas “também as prendas que servem à economia doméstica”³.

Essa lei se constituiu como um marco para a escolarização feminina. Foi a partir de sua promulgação que houve um crescimento do número de escolas e conseqüentemente de mulheres que começaram a frequentar essas instituições⁴. Nesses termos, podemos dizer que, no Brasil, a educação das meninas só foi confiada, efetivamente, às instituições escolares a partir do século XIX.

Em relação ao número de estabelecimentos institucionais em meados do século XIX, dos 4.890 estabelecimentos de instrução primária, que temos, 1.752 pertencem ao sexo feminino, sendo 1.339 públicos e 413 particulares, uns e outros frequentados por 50.758 alunas. Como se percebe, apesar de todo o aparato de modo a favorecer a manutenção de escolas públicas destinadas às meninas, o número ainda era desproporcional ao oferecido aos meninos.

No Maranhão, a lei de 15 de outubro de 1827 possibilitou um crescimento do número de escolas. Entretanto, apesar dos esforços para a criação das escolas, o que se pode notar, a partir de alguns estudos, foi a precariedade do ensino. Cruz (2012), por exemplo, destaca que na província maranhense foram criadas escolas de primeiras letras na capital e no interior para o ensino de leitura, escrita e elementos da aritmética.

Segundo os mesmos autores, muitas das aulas eram instaladas em espaços inapropriados e em precárias condições. Além desses espaços estabelecidos pelo Estado, existia no período também uma espécie de rede de educação doméstica. Essas instituições, assim como cita Faria Filho (2016, p. 145), consistiam no decorrer do século XIX, em espaços organizados pelos pais, que em conjunto, se reuniam e pagavam coletivamente um professor ou uma professora. Outro “espaço escolar” presente nesse período, eram locais cedidos e organizados geralmente por fazendeiros, que estabeleciam não apenas o espaço, mas também arcavam com

³ 14 A primeira Lei de Instrução Pública foi instituída por Dom Pedro I em 15 de outubro de 1827. Lei disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-. Acesso em: 18 jun. 2020.

⁴ É importante dizer, que em meados do XVIII, já se previam escolas para mulheres, mesmo que na prática isso não tenha acontecido. Ademais, as mulheres já recebiam a instrução de primeiras letras, em instituições como os recolhimentos, por exemplo, ou em suas casas, por meio de preceptoras ou mestras particulares. O que a criação da lei de 1827 permitiu foi a institucionalização dessa forma de educação.

os custos da contratação de um professor. Geralmente nesses espaços, ao lado dos filhos dos pais contratantes, encontravam-se seus vizinhos e parentes. Os docentes não tinham vínculo nenhum com o Estado.

Outra lei importante para a educação maranhense foi o Ato Adicional de 1834⁵. A partir dele foi ampliado o número de escolas, pois foram estabelecidas novas escolas de primeiras letras na capital e no interior. No dizer de Viveiros (1953, p. 7),

Das 14 escolas que tínhamos passamos a 24, assim distribuídas, pelo que se lê no livro de anotações do Liceu, escriturado em 1838: duas na capital e uma em Alcântara, Arari, Brejo, Caxias, Guimarães, Icatú, Mearim, Monção, Paço do Lumiar, Pasto-Bons, Pinheiro, Rosário, S. Bento, S. João de Côrtes, S. Antônio das Almas, S. Vicente Férrer, S. Miguel, Tutóia, Vinhais, Viana e Vargem Grande.

Cabral (1983) destacou que o ensino público no Maranhão no período de 1834-1889 foi determinado principalmente pelo processo político e econômico da época. Nas primeiras décadas a situação política se caracterizava sobretudo por um empenho dos fazendeiros - caracterizados por serem detentores do poder – em garantir a ordem e buscar o controle hegemônico. Já as últimas décadas foram caracterizadas por um maior fortalecimento desses grupos, porém, com um certo “desequilíbrio econômico”. Segundo a mesma autora, as condições sociais e econômicas nas primeiras décadas favoreceram o surgimento de uma preocupação do Estado pela educação escolar. Nas décadas seguintes, a situação política e econômica “desestimulou um interesse maior do Estado pelo desenvolvimento do ensino público no Maranhão” (CABRAL, 1983, p. 11).

No que tange ao ensino feminino no Maranhão do século XIX, Abrantes (2003, p. 2) afirmou:

O ensino público oferecido às mulheres maranhenses constava apenas das escolas de primeiras letras, as chamadas pedagogias, onde as meninas recebiam uma instrução carregada de ensinamentos morais e religiosos, prendas domésticas e os conhecimentos básicos da leitura, da escrita e das quatro operações. As prendas domésticas, justificadas em nome das funções maternas das mulheres, a isenção do ensino de geometria e a limitação do ensino de aritmética apenas às quatro operações, estabeleciam a diferença na educação escolar entre meninos e meninas.

⁵ O Ato Adicional de 2 de agosto de 1834 foi uma lei de caráter descentralizador, que estabeleceu que era dever das “assembleias provinciais, que acabava de criar, a incumbência privativa de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, excetuadas os cursos de estudos superiores criados no futuro e a instrução da Corte e seu município” (VIVEIROS, 1953, p.8). No caso específico do Maranhão, ele foi um marco importante para a história da educação, pois de acordo com Cabral (1982), com o referido Ato, a instrução pública sofreu algumas mudanças. É nesta perspectiva, que surgem as primeiras escolas criadas pelo legislador maranhense e a Assembleia Provincial, “logo na sua primeira sessão de 1835, reunida quando já ocupava a presidência da Província o Dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira, mas tarde Barão de Pindaré, não descurou o magno problema” (VIVEIROS, 1953, p.8).

Os discursos sobre a educação feminina nesse período, não eram diferentes das concepções disseminadas no período colonial. A educação para as mulheres, principalmente na segunda metade do século XIX, não apresentavam mudanças nas concepções estruturais em relação ao ideal feminino, visavam sobretudo, “a manutenção da ordem social vigente e o reforço dos tradicionais papéis femininos de filha, esposa e mãe” (Abrantes, 2010, p. 20).

A mesma autora cita, que,

A principal mudança, portanto, estava na maneira de encarar o cumprimento desses deveres, especialmente a função materna, sendo necessária uma mulher mais instruída para ser a primeira educadora de seus filhos, preparando os futuros cidadãos para a sociedade e sendo um exemplo para as suas filhas. Como esposa, a instrução mais elevada propiciaria uma companhia mais agradável ao marido e capaz de representá-lo bem socialmente. Como o parâmetro imposto para a mulher era o homem, com todos os seus papéis correspondendo a uma função exercida junto ao sexo masculino (filha, esposa e mãe), a finalidade da sua educação também não visava diretamente a seus próprios anseios e interesses, mas aos interesses dos homens (Abrantes, 2010, p. 21)

Todavia, Abrantes (2003) diz que, algumas mudanças são perceptíveis em relação ao comportamento feminino nos principais centros urbanos. Principalmente em relação as mulheres pertencentes aos grupos sociais mais elevados. Segundo ela, já era comum observar o público feminino nos bailes, nos teatros e nos colégios particulares, onde as jovens eram ensinadas nos mais diversos conhecimentos. A justificativa para essas “mudanças” estava relacionada principalmente “ao crescimento urbano com suas novas formas de sociabilidade, quanto às aspirações das elites em adequarem-se aos padrões culturais e civilizatórios europeus” (Abrantes, 2003, p. 1).

Nesse sentido, podemos citar algumas instituições que foram importantes espaços para educação de mulheres. Primeiramente, temos o conjunto de instituições escolares que tinham como finalidade o recolhimento e prestação de assistência às meninas desvalidas, oferecendo-lhes o ensino de primeiras letras e uma formação para o exercício de suas funções.

Entre elas está a criação do Colégio Nossa Senhora da Glória. Instaurado em 1844, o colégio oferecia o ensino primário e secundário para meninas e classes de alfabetização para senhoras. Sua fundação se deu por “Dona Martinha Abranches, uma fidalga espanhola radicada no Maranhão, esposa do português Garcia de Abranches. Suas três filhas também faziam parte do corpo docente” (Abrantes, 2010, p. 68).

A legislação da instituição ordenava uma série de atividades para essas meninas. Dentre elas estava o preparo físico, social e moral por meio do bom comportamento. Uma vez

por semana as refeições eram servidas como se fossem banquetes. Essa prática tinha a finalidade de “treinar” as educandas por meio das regras de etiqueta. Além disso, toda semana, as alunas recebiam aulas de dança, música, piano, francês e desenho. Abrantes (2010) destaca que algumas dessas atividades eram pagas “por fora”, mensalmente.

Abrantes (2010, p. 71) destacou também que,

Nas escolas femininas particulares era recomendado que as alunas fizessem suas refeições no mesmo ambiente da diretora e das professoras, para aprenderem a se portar à mesa com a polidez exigida de uma educação esmerada. Outro destaque foi o oferecimento da educação física, por meio de regimes alimentares e exercícios saudáveis. O objetivo era cuidar da saúde das alunas, futuras mães de família, para terem igualmente uma prole saudável.

Podemos citar também, o Asilo Santa Thereza localizado em São Luís. Criado através da portaria do Presidente da Província, Eduardo Olympio Machado, de 16 de janeiro de 1855, seu objetivo era abrigar meninas que necessitasse de cuidados, proteção e educação, “especialmente as órfãs sem amparo e as expostas da Santa Casa de Misericórdia”⁶ (Abrantes, 2010, p. 55).

Abrantes (2010, p. 56) explicou que, no ano de 1869, o Asilo de Santa Tereza se constituía como

uma instituição meramente civil, destinada a meninas pobres, mas que recebia as filhas de famílias abastadas na condição de pensionistas particulares. A instituição começou com 40 pensionistas da Província, mas esse número cresceu rapidamente, e desde sua fundação até 1869 haviam entrado no asilo 127 menores desvalidas como pensionistas da Província. Destas, 06 faleceram, 10 casaram, 35 foram entregues a seus pais, tutores ou parentes, 76 permaneciam internas. Como pensionistas particulares somaram 23 menores, sendo que 17 já haviam sido entregues a seus pais, tutores ou parentes e 06 permaneciam internas. No total, o asilo havia devolvido à sociedade até aquela data 62 moças educadas, quer solteiras ou casadas.

Para dirigir o estabelecimento era escolhido um homem. Esse sujeito teria o papel de controlar os gastos e relatar as necessidades das meninas que ali eram atendidas. Em 1856, foi eleita para coadjuvá-lo, a “regente Maria Joaquina de Araújo Bacelar, que atendia aos pré-

⁶ As Santas Casas de Misericórdia foram importantes instituições de missão, tratamento e sustento a enfermos e inválidos. Além disso, serviam de instituições assistenciais a pessoas abandonadas. Chegaram ao Brasil no período colonial e foram instauradas em diversos espaços do país. Em relação às mulheres, Abrantes (2010, p.52) afirmou que essas instituições serviam como medida assistencial que visava dar oportunidade de segurança às moças para que não caíssem na mendicância ou na prostituição. Elas pretendiam também amenizar a “situação das moças pobres e sem dotes para encaminhá-las para um casamento, pois para as mulheres ricas, em regra, havia a certeza de pretendentes e estas podiam aguardar o matrimônio abrigadas em recolhimentos ou na casa paterna. Caso fosse desejo de suas famílias, passariam o resto de suas vidas nesses estabelecimentos pios, livres do que consideravam os perigos e tentações do mundo. Nesse caso podiam seguir a vida religiosa em conventos, embora esta opção não fosse incentivada no Brasil nos dois primeiros séculos da colonização devido ao pequeno número de mulheres brancas”.

requisitos dos regulamentos: ‘ser viúva ou solteira, de boa moral e de bons costumes’”. O processo educativo ali ministrado deveria ser feito por pessoas instruídas, de boa moral e costumes, e que tinham como primeira obrigação ensinar as educandas.

Em seguida, vemos a fundação, em 1865, do Colégio de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, que servia para a instrução primária de meninas pensionistas ou semi-pensionistas⁷. Segundo Abrantes (2010, p. 52),

A notícia da fundação desse colégio foi recebida com entusiasmo pela imprensa, pois dizia que a educação de uma menina em um estabelecimento desta ordem, onde se encontrava debaixo dos “mais rígidos princípios de moral, a prática nunca interrompida de exercícios religiosos, é uma segura garantia de seu bom resultado, e os pais de família, por mais extremosos que sejam, aí acharão um seguro asilo para suas meninas”.

Torna-se necessário dizer que, mesmo ampliando-se o nível de ensino e o número de instituições, a educação feminina continuou sendo criticada por “intelectuais, inspirados nas concepções filosóficas e científicas em voga no século XIX”. Eles consideravam superficial a educação doméstica e a instrução cotidiana recebidas nas instituições. Em outros termos, esses “estudiosos” acreditavam que a educação estava “mais literária que científica” e não preparavam as jovens para o bom desempenho da missão de mãe e primeira educadora dos filhos (ABRANTES, 2003, p. 4).

Almeida (1998, p. 56) explicou que, “na época da implantação do regime republicano, do total das mulheres, quase dois terços eram analfabetas, embora o mesmo acontecesse com a população em geral”. Isso demonstra que, mesmo com o aumento do número de instituições educativas para meninas e uma preocupação com essa educação, muito precisaria ser feito.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos afirmar que a passagem do século XIX para o século XX foi movida por um momento de transição, não apenas “política, com a implantação do regime republicano e as

⁷ A fundação desse colégio se deu a partir do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios. Esse Recolhimento foi criado pelo Alvará Régio de 1751, estando a cargo do missionário jesuíta Frei Gabriel Malagarida a execução do projeto. Na dada época, interessados em usufruir dos benefícios da instituição, autoridades e a própria população, além de contribuírem financeiramente no levantar da obra, auxiliaram na construção do espaço que ali seria erguido. Em relação às primeiras mulheres recolhidas nesse espaço, foram identificadas um total de quinze, sendo possível encontrar referências sobre quatro delas. Apesar de não termos conhecimentos sobre as outras onze mulheres que se tornaram reclusas quando da fundação da casa, acreditamos terem sido filhas das famílias que contribuíram com doações para a construção do edifício da instituição. Esse aspecto contrariava em parte seu objetivo inicial, que era abrigar moças recaídas e jovens sem recursos das camadas subalternas da sociedade, em especial as órfãs. Como o sucesso do empreendimento dependia das doações dos moradores, Malagarida deve ter, a princípio, aceitado que as primeiras recolhidas fossem descendentes das famílias de posse da Capitania e que pretendiam dar estado de vida religiosas às suas filhas (Rodrigues, 2012, p. 52).

mudanças sociais decorrentes da abolição da escravidão e de intensas correntes migratórias” (Abrantes, 2010, p.115), mas de mudanças que possibilitaram novos costumes, comportamentos e novas ideias que permearam o espaço brasileiro⁸.

Contudo, apesar dessas mudanças, muitos dos ideais propalados sobre as mulheres no século XIX foram reforçados no início do século XX, ainda que repaginados, sendo articulados nas relações e nos mais diversos espaços sociais. Dentre eles destacava-se a função de educadora. Com as diversas mudanças advindas principalmente do processo de urbanização e das transformações políticas e sociais, o público feminino, de maneira particular dos grupos sociais mais elevados, deveria dar sua parcela de contribuição, atuando com esmero nesse encargo. Assim recebeu uma importante missão: ser a disseminadora das regras de civilidade, importante para os novos ares que surgiam no solo brasileiro, e do progresso da humanidade.

Com relação a isso, Alves (2010, p.283) explicou:

A mãe do núcleo familiar moderno teria sob sua responsabilidade atribuições com a nação que hasteava na bandeira o lema ‘Ordem e Progresso’, pois a mesma almejava, com certa urgência, a formação de cidadãos (leia-se elite) amplamente capacitados para exercer cargos de dirigentes políticos. É por preocupações idênticas que os casais passaram a ter uma preocupação maior com os filhos, com a interferência constante de médicos e uma ordem social que delimitou as formas corretas de cuidar para que a criança tivesse uma infância sadia. Algumas atenções também foram voltadas para as famílias mais pobres e sem instrução/educação suficientes para desenvolver uma criação adequada. No caso das famílias pobres ou menos afortunadas, os idealizadores do regime republicano solicitavam capacitação para se tornarem trabalhadores decentes, com preceitos morais e higiênicos, afugentando a tão miserável figura do pobre-livre-vagabundo que, por vezes, atormentou as elites agrárias e administrativas do Brasil.

Nesse contexto se consolidava a “ideia de que a mulher deveria ser mais educada do que instruída, visto que a preocupação e ênfase dessa maior instrução recaíam sobre a sua formação moral, sob a constituição de seu caráter⁹ (Santos, 2017, p. 22). Além desse aspecto, outro ponto importante ressaltado por Abrantes (2010, p. 13) é referente ao público a quem eram direcionados certos discursos:

⁸ De acordo com Abrantes (2010, p. 116), no início do século XX, “as principais capitais brasileiras passaram por mudanças significativas, que visavam sanear o espaço urbano a fim de combater as epidemias e endemias, bem como modificar seu traçado e arquitetura para adequá-las às exigências da vida moderna. Com esse propósito estético e higienista surgiam ruas e avenidas mais espaçosas, novas construções urbanas, destruição de antigos prédios que serviam para as moradias coletivas, os cortiços, considerados pelas autoridades públicas como sendo prejudiciais ao melhoramento estético e sanitário da cidade”.

⁹ É importante dizer, que os ideais republicanos eram positivistas. Segundo Santos (2017, p. 27) esse ideário foi adotado pela elite intelectual e política, que reformulou o valor da mulher nessa sociedade. “Esse ideal trouxe uma espécie de —missão ao sexo feminino: ser a primeira educadora de seus filhos, além da mantenedora das bases da pátria. Nascia um novo modelo de domesticidade, com objetivos bem claros a partir da constituição da família nuclear, com a pretensão de reorganizar a sociedade a partir da internalização dos princípios moralizadores da classe média”.



No início do século XX no Brasil, grande parte das medidas do poder público e do setor privado bem como os discursos sobre a educação feminina se voltavam mais diretamente para aquelas mulheres das camadas sociais privilegiadas, em que o ensino secundário e superior eram formas de distinção social e cujo comportamento deveria ser o modelo para a sociedade.

Essas transformações percebidas nas concepções e nos discursos do início do século XX buscavam propiciar intensas alterações nos comportamentos dos indivíduos, inclusive nas mulheres, influenciadas pelos costumes europeus. Ao mesmo tempo, segundo Santos (2017, p. 22), é nesse momento que se consolida a classe burguesa com interesses novos, adotando comportamentos e costumes que lhes distinguem socialmente. Ademais, Almeida (1998, p. 111) indicou:

No Brasil, no período que vai de 1890 a 1940, após o advento da República, uma certa agitação feminina, representada por reivindicações por educação e instrução, nos moldes do que ocorria no panorama mundial, incomodava os segmentos conservadores da sociedade e as mulheres, assim como o professorado em geral, procuraram organizar-se em associações e para isso o papel dos jornais e revistas foi determinante. Nos anos iniciais do século houve uma proliferação de jornais e revistas escritos e dirigidos por mulheres e foram variadas as publicações periódicas da área da educação dirigidas ao professorado.

No Maranhão, sobretudo na cidade de São Luís, a virada do século foi marcada por um “sentimento decadentista que buscava no passado os momentos de apogeu e glória” (ABRANTES, 2010, p.118). Segundo a autora, a cidade de São Luís estava estruturada sobre “o dilema entre a modernidade e a tradição”. O discurso elitista e de autoridades da época baseava-se na ideia de progresso. Porém, na prática, essas ideias ficaram acanhadas em poucas transformações urbanas e nos serviços públicos.

Todavia, como destacou Abrantes (2010, p.233),

Apesar do cenário econômico desfavorável, no campo educacional e cultural esse período foi marcado pela criação, reforma ou reestruturação de várias instituições, a exemplo da criação da Escola Normal (1890), instituições culturais como a Escola de Música (1896), a Academia Maranhense de Letras (1908), faculdades particulares de Direito (1918) e de Farmácia (1922), o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1926), a reorganização da Biblioteca Pública (1898) e do Liceu Maranhense (1893). Muitas dessas novas instituições surgiam da iniciativa particular, de intelectuais denominados “novos atenienses”, num esforço de devolver à cidade a glória literária passada e fazer sua “ressurreição espiritual”.

Sobre a educação institucionalizada no Maranhão nesse período, é necessário afirmar que ela foi caracterizada por um processo lento e gradual. Santos (2017, p. 31) afirmou que muitos foram os problemas econômicos e educacionais que acabaram determinando de forma negativa para o desenvolvimento de escolas e dificultando, por exemplo, a questão da formação de professores e a manutenção de instituições escolares, sobretudo no interior do estado.

No que tange ao público feminino de modo geral, Alves (2010) destacou que, no período, conviveram concepções contraditórias. De um lado, temos a permanência de muitas das concepções do ideal oitocentista, por exemplo, no que se refere ao tipo de educação que as mulheres deveriam receber. Por outro, o surgimento de um conjunto de elementos que acabaram contribuindo para a transformação de muitos aspectos ligados à condição feminina. Dentre esses elementos, Almeida (1998) explicou, por exemplo, que foi, a partir desse período, que muitas mulheres passaram a exigir melhores condições de vida, igualdade de direitos, instrução e preparação profissional para a atuação no espaço público. Essas reivindicações, vinculadas a outros fatores, acabaram ocasionando uma mudança no perfil docente do magistério primário, fato que ocasionou a chamada feminização do magistério, como será evidenciado a seguir.

Muitas dessas questões representavam lutas por uma forma de emancipação feminina e, em alguma medida, faziam parte das reivindicações do movimento feminista e da luta pelo direito ao voto¹⁰. Sobre isso Almeida (1998, p. 27) destacou que:

Com o movimento feminista e na esteira das reivindicações pelo voto, o que lhes possibilitaria maior atuação política e social, a domesticidade foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e profissionalização. Após o término do regime ditatorial que se implantou no Brasil com o golpe de Estado em 1937, a retomada dos ideais democráticos coincidiu com o final da Segunda Guerra Mundial e contribuiu para mudanças nas representações culturais acerca da educação feminina e do papel das mulheres na nova sociedade que emergia.

A educação da mulher, nessa perspectiva, até então com menos exigências intelectuais, passou a ter seu programa de estudo, de certa forma, alterado. Assim, segundo Alves (2010, p. 288), ao lado de disciplinas como ciências e prendas domésticas, corte e costura, passaram a fazer parte do currículo das meninas matérias como Química, Geografia, aritmética, dentre outras. Esse fato se deu por conta do surgimento da coeducação¹¹, “pois esta permitia o

¹⁰ É importante dizer que o movimento feminista no Brasil em suas primeiras expressões foi liderado exclusivamente por uma elite feminina letrada, culta e de maior poder econômico. Segundo Almeida (1998, p. 28) apesar de, no caso brasileiro, o processo ter se desenvolvido de forma um tanto que amena, sem a radicalização das inglesas, por exemplo, as brasileiras, ao seu modo, também desafiaram a estrutura social vigente, sendo muitas vezes apoiadas por homens pertencentes aos meios políticos e intelectuais. A causa feminista serviu, inclusive, às oligarquias que ditavam e normatizavam as regras sociais desde então.

¹¹ A coeducação se constituiu como uma proposta educacional moderna, que defendeu o ensino de forma conjunta para meninos e meninas. Tal princípio educativo tem suas premissas articuladas a convivência igualitária entre os sexos, nos quais estes dividem o mesmo espaço escolar, possuindo mesmo acesso aos conhecimentos sem distinções. É importante dizer, que, a coeducação não pode ser confundida com a educação mista, pois a coeducação se constitui como a existência comum entre os dois sexos e o respeito mútuo, sem diferenciações entre as potencialidades de cada um. Já a educação mista, por sua vez, pode ser manifestar ou não, de maneira coeducativa. Isso significa que muitas vezes em uma escola mista pode haver a mínima socialização entre meninas e meninos em um mesmo espaço (Rodrigues, 2016).

compartilhamento entre meninos e meninas do mesmo espaço educacional e praticamente das mesmas disciplinas”.

O surgimento das escolas mistas era uma oportunidade de aumentar a frequência de meninas nas escolas do Maranhão, assim destacou Santos (2017), de “maiores chances de escolarização”. Nesse contexto, como ressaltado por Santos (2017), se no início das primeiras décadas do período republicano, o número de matrículas do sexo masculino era quase o dobro se comparado à quantidade de meninas; isso começa a mudar no decorrer da década de 1930, quando o número de meninas passa a ser maior, fato que pode ser observado em todo o país.

Relacionado a esse aspecto, o aumento de meninas escolarizadas permitiu que as mulheres ocupassem, de maneira mais efetiva, alguns cargos profissionais. Assim, nessa época, elas passaram a atuar mais diretamente nos chamados “papéis auxiliares”, como secretária, enfermeira, professora e recepcionista. Todavia, como ressaltou Santos (2017), foi no magistério que o público feminino encontrou “uma forma de emprego que não lhe maculava a reputação, por não lhe expor ao contato com estranhos do sexo oposto, o que facilitou o ingresso das moças da pequena burguesia na atividade docente” (FERREIRA, 1998, p. 50).

4 CONCLUSÃO

Foi possível observar que durante o período colonial, a educação feminina era baseada na propagação de modelos e de normas de comportamento considerados ideais para o período. Foi apenas durante o século XIX, que uma educação mais formal e institucionalizada foi considerada importante para o público feminino, contudo sempre voltada para o preparo da mulher como mãe, dona de casa e esposa. No Estado do Maranhão esse projeto se perpetuou e durante décadas foi considerado o modelo ideal de formação. Vale ressaltar que o Estado sofria com a precariedade e a falta de investimentos que impactava diretamente na instauração de instituições.

No tocante às instituições voltadas para a educação de mulheres, tais como os recolhimentos e outras instituições citadas nesse trabalho, podemos dizer, que estes foram importantes espaços para o ensino de primeiras letras e formação para o exercício de suas funções. De maneira geral, podemos dizer que ao longo do século XIX e XX, algumas mudanças são perceptíveis em relação ao comportamento feminino nos principais centros urbanos, no que diz respeito as mulheres pertencentes aos grupos sociais mais elevados.

Nesse sentido, afirmamos que a passagem do século XIX para o século XX foi movida por um momento de transição, não apenas que não estava atrelada apenas no campo político,

com as mudanças da implantação do regime republicano, mas de mudanças que possibilitaram novos costumes, comportamentos e novas ideias que permearam o espaço brasileiro e maranhense. Contudo, apesar dessas mudanças, muitos dos ideais propalados sobre as mulheres no século XIX foram reforçados no início do século XX, ainda que repaginados, sendo articulados nas relações e nos mais diversos espaços sociais.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação feminina em São Luís na segunda metade do século XIX**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. Disponível em: [http:// encontro2014.rj.anpuh.org](http://encontro2014.rj.anpuh.org) > anpuhnacional > S.22 > ANPUH.S22.207. Acesso em: 10 nov. 2019.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O dote é a moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ALGRANTI, L. M. A. Educação de Meninas na América Portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e do XIX). **Revista de História Regional**. P.282-297, 2014. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7190/433. Acesso em: 01 fev. 2018.

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

CABRAL, M. do S. C. **Política e educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: SIOGE, 1984.

CRUZ, M. dos S. (org.) **História da Educação de Imperatriz: textos e documentos**. Imperatriz-MA: editora ética, 2012.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. Bibliografia. ISBN 85-7244-256-1.

FARIA FILHO, L. M. de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. Marta T.; FARIAS FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 223-251.

VIVEIROS, J. de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. **Revista de Geografia e História**, São Luís, ano IV, dez. 1953.

MOTTA, D. G. M. **As mulheres professoras na Política Educacional no Maranhão**. São Luís, 2003. ISSBN 1.85-85048-42-5.

MOTTA, D. G. M. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio. **Educação e Linguagem**. Ano 11, n.18, jul-dez, p. 123-135, 2008. p.123-135. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/110>. Acesso em: 21 dez. 2021.

ISSN: 2358-8829

